

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 3 DE ABRIL DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO
DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes, e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho.

AUSÊNCIAS

Ausente a senhora vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte, por motivo de férias.

SECRETARIOU

Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim Santos Mateus.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD.14)

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** interveio para solicitar alguns esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara, sobre determinados assuntos, designadamente, a propósito da organização do evento “Montra de

Presidente

Secretário

Oportunidades”, mais concretamente se o Pavilhão Multiusos já possuía licença de utilização e se todo o processo já se encontra devidamente legalizado.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu o senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, que ainda se mantém o problema referente ao licenciamento energético. A Câmara irá passar uma licença para aquele evento, sendo igualmente titulada por uma licença precária.

Esclareceu ainda, que ainda não foi emitida a licença, por falta de certificação energética, reforçando que o Pavilhão Multiusos está devidamente licenciado, com todas as condições de segurança, para a realização daquele evento.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou o executivo do teor de uma carta enviada pelo senhor Dr. Mário João Ribeiro Gomes, na qual mostra o seu profundo sentimento de honra pelos momentos inolvidáveis com que esta Câmara de Lamego o presenteou, bem como à sua família, no dia 23 de fevereiro de 2012, altura em que foi agraciado com a atribuição do Prémio Mérito Cultural, na terceira edição da atribuição do “Prémio de Mérito Cultural” e a Medalha de Mérito Municipal - Grau Ouro.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento

SAÚDE (COD. 56)

O senhor **Presidente da Câmara** informou o executivo camarário que o senhor Dr. Sérgio Taveira, médico da Unidade de Saúde Familiar “Douro Vita”, lhe transmitiu que aquela unidade de saúde iria passar a fechar às 20 horas. Anteriormente fechava às 22 horas, e aos sábados às 13 horas. Referiu, ainda, que, segundo o ACES Douro Sul, no conceito do número de consultas programadas não se consideram as consultas previamente marcadas com menos de 24 horas de antecedência, o que prejudicou a estatística da Douro Vita.

Quanto à abertura da referida unidade de saúde aos sábados de manhã, o problema foi resolvido com a rotação de pessoal administrativo, enfermeiros e médicos, em saírem uma hora mais cedo durante a semana, mantendo-se, assim, a unidade aberta aos sábados de manhã. Quanto ao horário das 20 às 22 horas, terá que ser suprimido.

Presidente

Secretário

Afirmou que ficou preocupado com esta notícia, pois tem indicações de que aquela Unidade de Saúde Familiar presta serviços de grande qualidade aos seus utentes, que está bem organizada e que o senhor Dr. Simões de Carvalho, diretor do ACES, nunca lhe tinha falado da necessidade destes horários que iriam ser aplicados.

Deliberado: O executivo deliberou manifestar a sua preocupação e indignação, com esta situação, uma vez que a Unidade Familiar Douro Vita é de grande importância nos cuidados primários, dando conta desta situação à ARS Norte e a ACES Douro Sul.

BIBLIOTECA E MUSEU (COD.13)

Usou da palavra o senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** para informar que no dia 5 de abril, o Museu de Lamego comemora 95 anos da sua constituição e existência. Esta comemoração fica adiada para o dia 11 de abril, em virtude de o dia 5 de abril, coincidir com a semana Santa que se está a viver, convidando o executivo a estar presente naquele dia, pelas 21.30h.

Informou, ainda, que no próximo dia 16 de Abril haverá uma reunião de responsáveis de museus, onde se irá discutir toda a reforma que está em curso sobre os museus.

Reafirmou que não concorda, de maneira nenhuma, com a desvalorização do museu de Lamego. A avançar esta reforma, ficam 5 museus dependentes de Lisboa e os restantes passariam a regionais, agravado pelo facto de as delegações regionais não terem interlocutores para os museus. Disse, ainda, que há rumores que se referem que a atual classificação do museu de Lamego se vai manter, pois possui coleções de obras de arte que são consideradas únicas.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que falou com o senhor Secretário de Estado da Cultura e com outros responsáveis políticos sobre o assunto e mantendo a posição que já foi assumida pela Câmara e comunicada ao senhor Secretario se Estado da Cultura. Mais afirmou que não pode deixar de ser sensível ao argumento político da descentralização, uma vez que estamos sempre a pedir descentralização e quando o governo decide entregar-nos os destinos dos nossos equipamentos, serviços ou monumentos, recusamos e dizemos que isso constitui uma desclassificação dos mesmos. Nessa perspetiva política entende que a descentralização deve ser sempre considerada benéfica, ao abrigo do princípio da

Presidente

Secretário

subsidiariedade, cabendo a todos contribuir para ultrapassar os problemas que vierem a surgir.

AUTARQUIAS (COD. 11)

Usou da palavra o senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** para informar que decorreu na sede da Junta de Freguesia de Magueija, no passado domingo, uma reunião, no âmbito da Reforma da Administração Local, tendo estado presente a convite da senhora Presidente de Junta.

A reunião teve como finalidade prestar esclarecimentos sobre a proposta de lei nº 44/XII, Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, que se encontra em discussão na Assembleia da República.

Na reunião foi explicado o método de agregações de freguesias, de acordo com a recente proposta de lei.

Foram ainda prestadas mais informações quanto ao trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho criado no âmbito da Assembleia Municipal de Lamego.

Com um número aproximado de 140 pessoas presentes nesta reunião, foi estabelecido um diálogo vivo, em torno desta proposta de lei tendo-lhe parecido naquela reunião que as pessoas presentes não concordariam com qualquer agregação da freguesia, que extinga o nome de Magueija, ou retire a possibilidade da população deixar de ter permanentemente aquela Entidade ativa, com as suas instalações abertas e em permanente funcionamento.

Já no que respeita à aceitação da agregação das freguesias de Bigorne e Pretarouca com a freguesia de Magueija, o sentimento que ficou presente foi de que a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia, formassem um convite aquelas Juntas, no sentido de se agregarem à freguesia de Magueija, dado que aquelas, face ao número reduzido de habitantes, terão obrigatoriamente de se agregar, de acordo com a proposta de lei nº 44/XII.

Por último deixou bem claro que a decisão de agregação da freguesia de Magueija, tal como com as restantes freguesias, caberá numa primeira fase à Junta de freguesia apresentar uma proposta à sua Assembleia de Freguesia, sendo que esta deverá emitir um parecer, o qual será remetido à Câmara Municipal para que delibere e o remeta à Assembleia Municipal para que esta se pronuncie, tal como está definido no nº 2 do artº 10º da proposta de lei nº 44/XII, caso não venha a ser alterado.

Presidente

Secretário

Referiu ainda, que de acordo com a mencionada proposta de lei, será criada uma Unidade Técnica, à qual caberá acompanhar os respetivos processos referentes a esta reforma, cabendo-lhe em última estância decidir sobre os processos que estejam em desconformidade com a lei que venha a ser aprovada.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** sobre esta matéria disse, que esta reforma já está fora de controlo. Devia ter outros suportes de sustentação e que os municípios também podiam ser reformulados.

Disse que estas sessões de esclarecimento junto das populações locais são importantes, desde que não sejam influenciadas por questões político-partidárias.

Disse, finalmente, que o anterior governo chegou a avançar com uma proposta de extinguir freguesias a partir de mil habitantes, agora discute-se uma coisa diferente. Agregam-se freguesias, perdendo a sua identidade, cultura, bem como os seus costumes.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que concorda com a agregação de freguesias, como forma de reforçar a sua capacidade e meios para servir as populações. Referiu que algumas recebem pouco mais de quinze mil euros do FEF e oito mil euros vão para as compensações dos membros da Junta, não servindo com isso a população.

Disse que a agregação deve ser feita pacificamente, deixando de lado os problemas de vizinhança, as rivalidades, os protagonismos e também os interesses próprios, que significa ter mais um lugar a que se pode candidatar e fazê-lo num contexto o mais pequeno e limitado possível. Isso não é democracia.

Câmara Municipal (COD. 14)

De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** informou que no dia 28 de março de 2012, se celebrou, em Angra de Heroísmo nos Açores, o Dia Nacional dos Centros Históricos, e que na qualidade Presidente da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, atribuiu o Prémio Memória e Identidade ao arquiteto Siza Vieira.

Ficou sensibilizado com a maneira como foi recebido e acarinhado, deixando um profundo reconhecimento à senhora Presidente da Câmara, Dra. Sofia Couto, ao senhor Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Sérgio Ávila, e ao senhor diretor regional da Cultura.

Presidente

Secretário

TURISMO (COD. 63)

Usou da palavra o senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** referindo que esteve na Escola de Hotelaria de Lamego, numa apresentação do projeto “Restaurante do Futuro”, o qual é desenvolvido pela Universidade de Aveiro, juntamente com a AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, Entidade Regional de Turismo do Douro e Turismo de Portugal.

A temática abordada foi muito interessante, com elevada qualidade em assuntos muito atuais ligados à saúde alimentar bem como desenvolvimento económico assente na produção de produtos hortícolas locais e aproveitamento de produtos regionais nas novas ementas, contribuindo assim para o reforço da economia local.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD. 20)

Usou da palavra a senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** para informar que assistiu a um espetáculo de altíssima qualidade, integrado na Semana Santa, com a participação do Coro do Mosteiro de Grijó, na Sé de Lamego, que contou com a presença do Senhor Bispo Dom António Couto, manifestando que ficou bastante impressionada, com a qualidade do mesmo, ao qual se regozija ter assistido.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO (COD. 01)

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para informar que as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, remeteram ao município uma fatura de "consumos mínimos" de cerca de 960.000€, ou seja 1€ por metro cúbico de água fornecida aos municípios, e que vem acrescer aos 0,65€ por metro cúbico já pagos.

O Município de Lamego vai-se opor, de todas as maneiras possíveis, a esta situação, utilizando todos os meios ao seu alcance, porque é uma situação inqualificável e ruínosa para o Município.

TUTELA, TRIBUNAL (COD. 64)

Usou da palavra o senhor **Vereador Manuel José do Carmo Coutinho** para informar o executivo do teor da sentença do Tribunal de Contas, que absolveu a Câmara Municipal, durante o exercício de 2007, e a chefe de Divisão de Obras Municipais, da acusação de ilegalidade na adjudicação de trabalhos a mais relativa à execução da empreitada de “recuperação, remodelação e instalação de

Presidente

Secretário

equipamento do Teatro Ribeiro Conceição”, contrariando assim, a posição assumida, na altura pelo Partido Socialista, na Assembleia Municipal, que dizia que o executivo camarário deveria ser punido.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** afirmou que nunca se referiu aos trabalhos a mais no Teatro Ribeiro Conceição, mas às contas de 2008, que foram auditadas pelo Tribunal de Contas.

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** referiu que o “falar apressado” sobre este tipo de situações, nunca foi muito aconselhável e que não só se regozijava com a Sentença do Tribunal de Contas sobre este assunto das obras do Teatro Ribeiro Conceição, como reconhecia que se tinha feito justiça.

Esta Sentença do Tribunal de Contas, vem reforçar a confiança depositada na gestão do senhor Presidente da Câmara e igualmente nos técnicos, na implementação dos projetos necessários ao desenvolvimento do Município.

O senhor **Presidente da Câmara** lembrou que não se deve confundir os relatórios com as sentenças do Tribunal de Contas. Os relatórios são relatos dos funcionários do Tribunal de Contas, que são apenas e só relatores, enquanto que as sentenças ou decisões são emanadas do próprio Tribunal de Contas.

FINANÇAS (COD. 27)

Presente à reunião uma declaração comprovativa, de que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2011 se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento deste documento, que será remetido à Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto da alínea c) do artigo 15.º da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro.

FINANÇAS (COD. 27)

Presente à reunião uma declaração, onde estão identificados, de forma analítica e detalhada, todos os pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de Dezembro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento deste documento, que será remetido à Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto da alínea c) do artigo 15.º da Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro.

Presidente

Secretário

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 30 de março de 2012, cuja dotação orçamental é de 6.305.946,46 € e dotação não orçamental é de 360.708,26€.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA**01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20 DE MARÇO DE 2012 (COD 03)**

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 20 de março de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: ANTÓNIO CARLOS DUARTE DA SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 127/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que face ao teor da informação n.º 200/DMSU, de 16 de março de 2012, seja autorizado a retificação da fatura n.º 14836/fevereiro/2012, no valor de 225,39€, correspondente ao gasto de 83m3, da instalação n.º 10662, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 70,35€.

Deliberado: Retificada por unanimidade.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO PELA INFÂNCIA E TERCEIRA IDADE DE LAMEGO

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 128/01/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada do ofício emanado da Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego, APITIL, de 12 de janeiro de 2012, solicitando o pagamento das faturas de água em atraso (julho a dezembro/2011), em 12 prestações mensais, relativas ao contador sito no Lugar do Cabeço, em Magueija, cujo valor em dívida é 409,88€, acrescido de juros de mora, bem como do contador da Quinta de S. João, em Lamego, cujo valor em dívida é de 2.413,84, acrescido de juros de mora.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere sobre o pedido formulado pela requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, concordar com o teor da proposta, autorizando o pagamento das faturas de água em atraso em 12 prestações mensais, acrescido de juros de mora, bem como das respetivas taxas de relaxe.

04-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 129/17/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 218/DMSU, de 23 de março de 2012, a qual participa uma violação do selo de corte do fornecimento de água no contador n.º 676644, da instalação predial n.º 2684, cujo titular é Maria da Silva Oliveira, que permitiu desta forma o restabelecimento de água, que se encontrava com o fornecimento suspenso por falta de pagamento de consumo de água.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra senhora Maria da Silva Oliveira.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, instaurar o processo de contraordenação contra a senhora Maria da Silva Oliveira.

05-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: LACTICÍNIOS DO PAIVA, LDA.

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 130/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 204/DMSU, de 19 de março de 2012, informando que as amostras recolhidas pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, na caixa de descarga dos Lacticínios Paiva, os valores obtidos no parâmetro (CQO) Carência Química de Oxigénio, não cumprem os Valores Limite de Emissão (VLE), e como tal são muito elevados e incompatíveis para a ETAR de Cambres, violando claramente o Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais do Sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, nomeadamente o seu artigo 9º e a tabela I do Apêndice 3, assim como, a alínea f), do artigo 8º e o artigo 24º do Regulamento Municipal de Distribuição de Águas e Drenagem de Águas Residuais.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração de processo de contraordenação à Lacticínios Paiva, S.A..

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, instaurar o processo de contraordenação contra a firma à Lacticínios Paiva, S.A..

06-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 70/2010 (COD 17)

ARGUIDA: SÍLVIA PAULO LEITE MACHADO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 131/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo, no uso da competência subdelegada e por força das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 65.º e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18.09, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11.01, através do despacho, datado de 17.11.2009, proferido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, segundo a qual propõe que a Câmara determine a remessa dos presentes autos ao Exmo. Sr. Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, para que se digne promover a respetiva execução, tal como determina os n.ºs 2 e 3 do artigo 89º do Regime Geral das Contraordenações e Coimas.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, remeter os presentes autos ao Exmo. Sr. Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, para que se digne promover a respetiva execução, tal como determina os n.ºs 2 e 3 do artigo 89º do Regime Geral das Contraordenações.

Presidente

Secretário

07-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A DANOS CAUSADOS NA VIATURA (COD 17)**REQUERENTE: MARIA JOÃO GOUVEIA BASÍLIO DUARTE**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 135/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 130/PAT/MC, a qual dá conhecimento da pretensão da senhora D. Maria João Gouveia Basílio Duarte, de ser ressarcida na importância de € 2.121,88, correspondendo ao valor dos danos que foram imputados ao seu veículo, um Mercedes C220, com a matrícula 77-42-ZX, que estava estacionado na urbanização do Paraíso, provocados por queda de uma árvore de médio porte, ocorrido em 03 de Outubro de 2010, fruto das condições climáticas adversas, causando danos ao nível do tejadilho, aro da porta da frente, espelho e outros.

Refere, ainda, que o sinistro foi participado à seguradora no dia 11 de novembro de 2010, através do ofício n.º 12827, mas que esta se escusou ao pagamento da indemnização, alegando que este sinistro se enquadra nas exclusões da nossa apólice de responsabilidade civil, no que diz respeito a fenómenos da natureza.

Refere, igualmente, que a requerente foi notificada desta decisão e do subsequente encerramento do processo, mas que, não se conformando com esta decisão, vem requerer novamente o pagamento do valor dos danos causados na sua viatura. q Assim, face ao exposto solicita a Exm^a. Câmara que aprecie e delibere o pedido da requerente.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, indeferir a pretensão da requerente.

08-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A DANOS CAUSADOS NA VIATURA (COD 17)**REQUERENTE: HENRIQUE FAUSTINO GONÇALVES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 137/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara referindo que, com base na informação n.º 5/2012, a qual dá conhecimento da pretensão do senhor Henrique Faustino Gonçalves, de ser ressarcido na importância de € 243,10, correspondendo ao valor dos danos que foram imputados ao seu veículo, um Audi, com a matrícula 99-50-PE, que circulava na estrada municipal, em Arneirós, quando, ao passar por uma tampa de saneamento que se encontra rebaixada cerca de 5 cm, em relação ao pavimento, danificou os amortecedores.

Presidente

Secretário

O sinistro não foi participado à seguradora, uma vez que o valor reclamado é inferior à franquia contratual da nossa apólice de responsabilidade civil, pelo que a haver lugar a indemnização, teria que ser o Município a prestá-la.

Assim, face ao exposto, solicita a Exm^a. Câmara que aprecie e delibere o pedido do requerente.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente.

09-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A DANOS CAUSADOS NA VIATURA (COD 17)

REQUERENTE: VITOR HUGO SILVA SANTOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 138/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 231/PAT/MCA/2012, a qual dá conhecimento da pretensão do senhor Vítor Hugo Silva Santos, de ser ressarcido na importância de € 240,24, que corresponde ao valor dos danos que foram imputados ao seu veículo, um Volkswagen Gol IV, com a matrícula 89-CG-07, que circulava na estrada nacional n.º 2 ao Purgaçal, uma rua em paralelo, cujo piso se encontrava irregular, pelo que bateu na parte de baixo, tendo partido o cârter

O sinistro não foi participado à seguradora, uma vez que o valor reclamado é inferior à franquia contratual da nossa apólice de responsabilidade civil, pelo que a haver lugar a indemnização, terá que ser o Município a prestá-la.

Assim, face ao exposto, solicita a Ex.ma Câmara que aprecie e delibere o pedido do requerente.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente.

10-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA GUIA – SANTUÁRIO DA SENHORA DA GUIA - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 125/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no período de 8 a 21 de abril de

Presidente

Secretário

2012, das 22.00h às 24.00h, a realizar no Lugar da Sra. da Guia – Freguesia de Ferreirim, para as festas em Honra de Nossa Senhora da Guia.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

11-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO (COD 31)

REQUERENTE: MARIA SEABRA RODRIGUES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 139/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 116/PAT/MCA, dando conhecimento que a senhora Maria Seabra Rodrigues, moradora da casa 14, 1.º andar do Bloco 2 sito no Bairro da Feira, possui rendas de habitação em atraso no valor de 1.584,00 € (mil quinhentos e oitenta e quatro euros),

A requerente solicita que lhe seja reformulado o seu plano de pagamento em prestações em virtude de o seu rendimento mensal se cingir a € 499,66 mensais, (€ 292,60 oriundos do RSI e € 207,06 a título de pensão de invalidez do marido), o que não lhe permite proceder ao pagamento da prestação e da renda relativa ao mês corrente.

A Câmara Municipal deferiu a 9 de Fevereiro o pagamento da dívida de rendas de habitação no valor de € 990,00, em 18 prestações mensais e consecutivas, no valor de € 55,00, sendo que a requerente só procedeu ao pagamento de uma, exatamente a 9 de Março. De acordo com o plano de pagamento, deveria proceder mensalmente ao pagamento da prestação (€ 55,00) e da renda do mês corrente (€ 33,00), num total de € 88,00, o que se viria a revelar demasiado, tendo em conta que o problema de saúde do marido a impede de trabalhar, pois necessita dos seus cuidados permanentes, e os gastos que tem em medicação.

Assim, face ao exposto e tendo em conta as dificuldades vividas pela requerente, propõe à Ex.ma Câmara que aprecie se o seu pedido no sentido de que a prestação seja no valor de € 40,00 (neste caso seriam 38 prestações no valor de € 40,00 e uma no valor de € 64,00).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

12-ASSUNTO: REFORMULAÇÃO DO PLANO DE PAGAMENTO DAS DIVIDAS EM PRESTAÇÕES (COD 31)**REQUERENTE: EMILIA MARIA DA SILVA LAPA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 140/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que, face à informação n.º 118/PAT/MCA, que dá conhecimento que a senhora Emília Maria da Silva Lapa, moradora no 3.º esquerdo do bloco B, lote 33, sito na Quinta de Sto. António, pretende ver a sua renda diminuída e de proceder à reformulação do seu plano de pagamento da dívida existente em prestações.

A requerente paga uma renda mensal de € 135,98. Tinha, em fevereiro do ano transato, uma dívida relativa às rendas de agosto de 2009 a janeiro de 2011, no valor de € 3.263,52. Solicitou o pagamento desta dívida em prestações, o que lhe viria a ser concedido em reunião de Câmara, datada de 15 de fevereiro de 2011. No acordo do pagamento, ficou explícito que a requerente procederia ao pagamento da dívida em 24 prestações de € 135,98 e que, mensalmente, deveria ainda pagar a renda correspondente ao mês corrente, também no valor de € 135,98. Ficaria, então, com um encargo mensal na ordem dos € 271,96, o que se viria a revelar demasiado exigente, pelo que só pagou 8 prestações e acumulou nova dívida no valor de € 2.039,70, relativa às rendas dos meses de abril e maio de 2011 e de julho de 2011 a fevereiro de 2012, pelo que tem, neste momento, uma dívida ao município de 4.215,98.

Confrontada com este valor e com a possibilidade de vir a ser alvo de despejo, alega então que o filho está desempregado, pelo que viu o rendimento do seu agregado diminuído, o que não lhe permitiu proceder ao pagamento do valor que tinha acordado. Solicita, por isso, que lhe seja diminuído o valor da renda e que as prestações sejam reformuladas para um valor inferior.

Atentando ao rendimento mensal no valor de € 742.03, num agregado familiar composto por 3 adultos e 2 menores, e de acordo com a fórmula prevista no Decreto-Lei n.º 329-A/2000, de 22 de dezembro, a renda deve passar a ser de € 59,58.

Se for esse o seu entendimento, poderá, mediante decisão da Câmara Municipal ser concedido o pagamento em prestações como solicitado, uma vez que tal como está plasmado no artigo 22.º do DL 34/2008, de 26 de fevereiro, se verifica que o

Presidente

Secretário

devedor, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o n.º das prestações em algum caso exceder 36 e o valor de qualquer uma delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. O valor da unidade de conta para 2012 mantém-se nos € 102,00, que corresponde a ¼ do IAS em vigor no mês de Dezembro do ano transato.

Assim sendo poderá, caso seja esse o entendimento, ser deferido o pagamento em 36 prestações, trinta e cinco no valor de € 117,11 e uma no valor de € 117,13.

Face ao exposto, propõe à Ex.ma Câmara que aprecie o pedido da requerente, no que concerne à diminuição do valor da renda e à reformulação do plano de pagamento em prestações.

Deliberado: Aprovada, por unanimidade, deferir o pagamento em 36 prestações, 35 no valor de 117,11€ (cento e dezassete euros e onze cêntimos), cada, e uma no valor de 117, 13 € (cento e dezassete euros e treze cêntimos).

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, baixar o valor da renda de 135,98€, para 59,58 € (cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos).

13-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO (COD 31)

REQUERENTE: ALEXANDRE CARDOSO TAVARES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 144/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 117/PAT/MCA, que refere que o senhor Alexandre Cardoso Tavares, arrendatário deste Município, na Quinta de Santo António, endereçou um requerimento a este Município, no sentido de lhe ser facultada a possibilidade de proceder ao pagamento da sua dívida, no valor de 266, 72 € de rendas de habitação, de forma faseada, uma vez que não tem capacidade económica de proceder ao pagamento da dívida de uma só vez.

Face ao exposto, propõe à Ex.ma Câmara que aprecie o pedido do requerente.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

14-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO (COD 31)

REQUERENTE: JOÃO JOSÉ SOARES DOS ANJOS

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 145/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 117/PAT/MCA, que refere que o senhor João José Soares dos Anjos, arrendatário deste Município, na Quinta de Santo António, endereçou um requerimento a este Município, no sentido de lhe ser facultada a possibilidade de proceder ao pagamento da sua dívida, no valor de 227,00 € de rendas de habitação, de forma faseada, uma vez que não tem capacidade económica de proceder ao pagamento da dívida de uma só vez.

Face ao exposto, propõe à Ex.ma Câmara que aprecie o pedido do requerente.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

15-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO (COD 31)

REQUERENTE: SARA MARIA COSTA CARDOSO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 146/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 117/PAT/MCA, que refere que a senhora Sara Maria Costa Cardoso, arrendatária deste Município, na Quinta de Santo António, endereçou um requerimento a este Município, no sentido de lhe ser facultada a possibilidade de proceder ao pagamento da sua dívida, no valor de 92,70 € de rendas de habitação, de forma faseada, uma vez que não tem capacidade económica de proceder ao pagamento da dívida de uma só vez.

Face ao exposto, propõe à Ex.ma Câmara que aprecie o pedido da requerente.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

16-ASSUNTO: PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E DEPÓSITOS DE VEÍCULOS DO CONCELHO DE LAMEGO (COD 51)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 133/51/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Ex.ma Câmara Municipal a apreciação e deliberação do Projeto de Regulamento Municipal de Remoção e Depósitos de Veículos do Concelho de Lamego.

Face ao exposto, propõe à Exm^a. Câmara Municipal a aprovação Projeto de Regulamento Municipal de Remoção e Depósitos de Veículos do Concelho de Lamego, que se anexa, e que seja submetido a discussão pública, nos termos do

Presidente

Secretário

art.º 118º, do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias úteis a contar da publicação no Diário da República.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar Projeto de Regulamento Municipal de Remoção e Depósitos de Veículos do Concelho de Lamego, devendo o mesmo ser submetido a discussão pública, nos termos do art.º 118º, do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias úteis, a contar da publicação no Diário da República.

17-ASSUNTO: NOVO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DO TARIFÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO - PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES **(COD 51)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 134/51/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação técnica n.º 203/DMSU, de 19/03/2012, do seguinte teor:

“Verificou-se, em sede de audiência pública, a necessidade de se proceder a algumas alterações ao Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, e ao Tarifário da Prestação de Serviços que abaixo se reproduzem. Estas alterações visam a eliminação de repetições, erros, duplo sentido, e tornar mais claras e adequadas algumas disposições do novo Regulamento e do novo Tarifário.

O art.40.º (rotura nos sistemas prediais) atualmente com 6 números passa a ter 8. Os primeiros quatro mantêm o mesmo teor, o 5.º, e 6.º alterar, nos termos abaixo transcritos:

5. *Nos casos, não reincidentes, em que se demonstre não ter existido má-fé, intenção dolosa, ou vontade evidente de provocar desperdício, e o custo resultante da fuga ou perda de água for significativo, poderá ser autorizado o seu pagamento através da tarifa de fugas prevista no tarifário.*
6. *Considera-se como fuga ou perda significativa de água, o consumo superior a 5 vezes a média dos últimos 12 meses anteriores à ocorrência e que se verifique em um ou mais meses seguidos; o consumo superior a 5 vezes a média dos dois meses anteriores à ocorrência, nos casos registados durante o primeiro ano de fornecimento.*

Presidente

Secretário

7. *Considera-se reincidência os casos em que tenha sido aplicada a tarifa de fugas há menos de 48 meses.*
8. *As avarias nos sistemas prediais, com consumos elevados que tenham sido objeto de pedido de aplicação da tarifa de fugas, serão devidamente comprovadas pela Entidade Gestora.”*

O art.74.º (descargas de águas residuais industriais) atualmente com 5 números passa a ter 9 números. Os primeiros dois mantêm o mesmo teor, assim como os três últimos. O 3.º, 4.º, 5.º e 6.º a alterar, com a inclusão de um quadro, e nos termos abaixo transcritos:

3. *Devem ser cumpridos os valores máximos admissíveis definidos no Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de agosto e Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 348/98, de 9 de novembro, e 149/2004, de 22 de junho, assim como os valores máximos admissíveis definidos no quadro seguinte:*

| Parâmetro | Unidade | Valores Limite de Emissão |
|--------------------------------|----------------------|----------------------------------|
| pH | Escala Sörensen | 5,5-9,5 |
| Temperatura | °C | 30 |
| CBO ₅ (20°C) | mg O ₂ /l | 500 |
| CQO | mg O ₂ /l | 1000 |
| Sólidos suspensos totais (SST) | mg SST/l | 1000 |
| Azoto amoniacal | mg N/l | 60 |
| Azoto total | mg N/l | 90 |
| Cloretos | mg /l | 1000 |
| Coliformes fecais | NMP /100 ml | 10 ⁸ |
| Condutividade | µS/cm | 3000 |
| Fósforo total | mg P/l | 20 |
| Óleos e gorduras | mg /l | 100 |
| Sulfatos | mg /l | 1000 |

4. *O valor máximo admissível por cada parâmetro não pode ser excedido pelo valor de concentração média diária bimensal.*

Presidente

Secretário

5. O valor médio diário determinado com base na amostra composta representativa do efluente no período de 24 horas, não pode exceder o valor máximo admissível.
6. Os valores pontuais analíticos não podem exceder duas vezes o valor máximo admissível, para cada parâmetro.

“Na alínea n.1, a), ii) do art.106.º, (tarifas especiais) alteração para a seguinte redação:

Tarifário familiar: aplicável aos utilizadores domésticos cujo agregado familiar seja constituído pelos cônjuges e por, pelo menos, três descendentes diretos dependentes residentes no município de Lamego e na mesma habitação em regime de permanência;

No n.2 do art.107.º, (acesso aos tarifários especiais) alteração para a seguinte redação:

Tarifário social – a adesão ao regime de tarifa social é requerida pelos interessados sendo instruída com os seguintes documentos, sem prejuízo de outros que possam ser posteriormente solicitados pela autarquia:

No n.6 do art.107.º, (acesso aos tarifários especiais) alteração para a seguinte redação:

Tarifário familiar – a adesão ao regime de tarifa social é requerida pelos interessados sendo instruída com os seguintes documentos, sem prejuízo de outros que possam ser posteriormente solicitados pela autarquia:

O art.107.º (acesso aos tarifários especiais) passa a ter 13 números com a eliminação da redação do número 9 que tomará a redação do número seguinte e assim, sucessivamente, até décimo terceiro número, nos termos seguintes:

9. Será imediatamente suspensa a aplicação deste regime no caso de serem detetadas quaisquer falsidades nas declarações prestadas.
10. Tarifário de Idosos carenciados – a adesão a este regime é requerida pelos interessados, sendo instruída com os seguintes documentos, sem prejuízo de outros que possam ser posteriormente solicitados pela autarquia:
 - a) Bilhete de identidade e cartão de contribuinte do requerente;
 - a) Declaração de rendimentos IRS.

Presidente

Secretário

11. A adesão ao tarifário de idosos deverá ser renovada anualmente durante o mês de maio sob pena de suspensão imediata da aplicação deste regime.
12. Para efeitos do disposto no n.10 do presente artigo, consideram-se idosos carenciados aqueles cujo rendimento global mensal do agregado não seja superior a um salário mínimo nacional.
13. Os direitos à integração nos tarifários especiais cessam automaticamente caso se verifique mais de três meses de atraso no pagamento das faturas, se verifiquem consumos abusivos e não controlados de água ou sejam desrespeitados os regulamentos municipais.

Relativamente ao Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos constante da Tabela de Taxas e Licenças, são as seguintes alterações a efetuar:

Capítulo XI, art.4.º Fornecimento de água, número 4.2 – Componente fixa aplicável aos utilizadores não-domésticos, na parte destinada ao Valor Total, onde consta “15,00€” deverá constar “18,00€”

Capítulo XI, art.5.º, número 5.1, alterar para a seguinte redação:

Tarifa comercial, industrial, autarquias, associações religiosas culturais e desportivas, instituições s/fins lucrativos, entidades públicas (com exceção dos utilizadores referidos no número 5.3) e obras.

Capítulo XI, Art.5.º, número 5.3 alterar para a seguinte redação:

Tarifa grandes produtores de resíduos (grandes superfícies, supermercados, escolas, hospitais, hotéis, estabelecimentos prisionais e quarteis militares.)

Capítulo XI, art.5.º, número 5.4.3, alterar para a seguinte redação:

Tarifa grandes produtores de resíduos (grandes superfícies, supermercados, escolas, hospitais, hotéis, estabelecimentos prisionais e quarteis militares).

Capítulo XI, art.6.º, número 6.1.2.3, alterar para a seguinte redação:

Tarifa grandes produtores de resíduos (grandes superfícies, supermercados, escolas, hospitais, hotéis, estabelecimentos prisionais e quarteis militares).”

Todas as alterações aqui propostas estão já contempladas nas cópias que junto em anexo, do Regulamento e Tarifário”

Nestes termos, submete a presente proposta de alterações ao Regulamento e Tarifário à apreciação e deliberação do Executivo Municipal.

Presidente

Secretário

Deliberado: A Câmara Municipal aprovou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, o novo Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e ao Tarifário da Prestação de Serviços do Município de Lamego (que inclui as alterações agora introduzidas) que deverá ser apresentado à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

18-ASSUNTO: REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (COD 51)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 141/51/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços, da Câmara, referindo que, tendo decorrido o prazo de discussão pública referente ao Projeto de Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil, sem que tenham sido rececionadas quaisquer observações ou reclamações sobre o mesmo propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido regulamento, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberado: A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o Projeto de Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil do Município de Lamego, que deverá ser apresentado à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

19-ASSUNTO: REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA (COD 51)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 142/51/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços, da Câmara, referindo que, tendo decorrido o prazo de discussão pública referente ao Projeto de Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, sem que tenham sido rececionadas quaisquer observações ou reclamações sobre o mesmo propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido regulamento, bem como a sua remessa à

Presidente

Secretário

Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53º. Da lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro

Deliberado: A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o Projeto de Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Lamego, que deverá ser apresentado à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto da alínea a) do n.º 6 do artº. 64º., conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53º. da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

20-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 136/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 196/DMSU, de 15 de março de 2012, delibere pela colocação da seguinte sinalização de trânsito, no arruamento sem nome de acesso à Urbanização do Mártir S. Sebastião, na freguesia de Almacave.

- Marca reguladora de estacionamento e paragem de cor amarela (M12) no início do arruamento do lado esquerdo, no sentido Praça Dr. Fernando Amaral – Urbanização do Mártir S. Sebastião, até ao início do parque de estacionamento.

A sinalização referida está regulamentada pelo Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 41/2002 de 20.08.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

21-ASSUNTO: PROCESSO Nº. 1113/09.9BEVIS – ACÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL (COD 39)

AUTORA – CONSTRUÇÕES RAMOS & MARAVILHA, LDA.

RÉU – MUNICIPIO DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 147/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que, com base na

Presidente

Secretário

informação nº. 94/DAC/2012, de 13.02.2012, e nos termos do disposto na alínea a) do artigo 68º. Do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação, delibere ser sua intenção vir a declarar a nulidade das deliberações camarárias tomadas a 22.03.2004, 14.06.2004, 21.11.2004 e 27.05.2005, em virtude de as alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 2/87, para os lotes 3 e 4, aprovadas através dessas deliberações, terem, de acordo com o acórdão proferido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, datado de 30 de janeiro de 2012 violado o disposto nos artigos II/A/5,II/A/7, II/B/4 E II/B/5, do Plano Geral de Urbanização de 1959, devendo, para o efeito, proceder à audiência prévia da sociedade Construções Ramos & Maravilha. Lda., a promover nos termos do disposto no artigo 101º. do CPA.

Deliberado: Retirada da ordem de trabalhos, voltando este assunto à próxima reunião de Câmara.

22-ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: ADEGA COOPERATIVA DE LAMEGO CRL

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA VISTA ALEGRE- ARTº. 1514 E 1580 - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 148/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, face ao teor da informação n.º 305/DUDE, de 24 de Janeiro de 2012 e do parecer do Chefe da DUDE, datado de 02 de março de 2012, propõe nos termos do nº. do artigo 16º. do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, que a Exmª. Câmara defira o pedido de informação prévia para a operação de loteamento, com os condicionalismos expostos na referida informação.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

23-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA DEFINITIVA COM 1M2 (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ MIGUEL PIMENTA MAGALHÃES MARTINS

LOCAL DA OBRA: RUA NOVA, 63 -ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 149/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 625, de 14 de

Presidente

Secretário

fevereiro de 2012 e do parecer do Chefe da DUDE, relativos a um pedido de ocupação definitiva de um espaço com 1m2, em frente ao café “O Pote”, sito na Rua Nova, 65 – Lamego, com a ocupação de uma floreira, pelo que propõe à Ex.ma Câmara que aprecie e delibere sobre o pedido do requerente.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, a título precário, a ocupação do referido espaço, mediante o pagamento da respetiva licença anual.

24-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO - LEGALIZAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: PEDRO DA COSTA GORDO

LOCAL DA OBRA: RUA DIREITA - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 150/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 278, de 14 de janeiro de 2012 e do parecer do Chefe da DUDE, datado de 14.02.2012, referente à apresentação pelo senhor António Tavares Gomes Rego, em 12.06.1991, de um processo com vista ao licenciamento da construção de um armazém agrícola, que não teve qualquer desenvolvimento.

Através do ofício nº2130/09, de 15/06/2009 foi, o Sr. António Tavares Gomes Rego notificado a requerer o licenciamento das obras executadas clandestinamente, o qual informou que já não é o proprietário do armazém, que vendeu em 1994, ao Sr. Pedro da Costa Gordo.

Pelo ofício nº 2956/09, de 18/09/2009, foi o senhor Pedro da Costa Gordo notificado a requerer o licenciamento das obras executadas clandestinamente.

Entretanto, o senhor Pedro da Costa Gordo apresentou um processo com vista à legalização do referido armazém, tendo sido aprovado o projeto de arquitetura em 01/07/2011.

Após ser notificado a apresentar os projetos de especialidades, vem, agora, o requerente solicitar a isenção da sua apresentação, argumentando que a obra já está executada há muitos anos e que nem foi ele o autor da construção clandestina, pois já adquiriu o armazém construído. No entanto, disponibilizou-se a proceder à sua legalização e ao pagamento das taxas que forem devidas.

Pelo exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere se isenta, ou não, o requerente de apresentar os respetivos projetos de especialidades.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, isentar o requerente da apresentação dos projetos de especialidade.

25-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – NOVO LICENCIAMENTO DO PROC. N.º 49/2008-A (**COD 42**)

REQUERENTE: REGÉRIO DA SILVA FONSECA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO OUTEIRO - LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 151/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 437, de 14 de fevereiro de 2012 e do parecer do Chefe da DUDE, datado de 06.03.2012, referente à legalização de uma habitação, cujo processo inicial deu entrada em 12/07/1994. Todavia, o processo nunca teve conclusão nem desenvolvimentos desde 29/12/2000, quer por parte do requerente, quer por parte do município, tendo no entanto, a obra sido executada.

Em 13/02/2007 o processo foi reiniciado pelos serviços, tendo o requerente sido notificado, através do ofício n.º 5572, de 31/05/2007, a solicitar o licenciamento das obras executadas, o que fez com a apresentação do atual processo.

Estando o projeto de arquitetura aprovado foi o requerente, igualmente, notificado a apresentar os projetos de especialidades. Vem, agora, o requerente solicitar a isenção de alguns dos projetos pelo facto de a obra já se encontrar executada há muito tempo, com o argumento de já não fazer qualquer sentido a sua apresentação.

No caso presente, até já foram apresentados os projetos de especialidades que eram exigíveis à data, ou seja, o projeto de estabilidade e o projeto das redes de águas e esgotos.

Pelo exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere se licencia ou não a obra com os elementos já existentes no processo.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, licenciar a obra com os elementos já existentes no processo.

26-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (**COD 42**)

REQUERENTE: RAFAEL SEQUEIRA RODRIGUES

LOCAL DA OBRA: RUA FIDALGO DO CASTELO, MAZES - LAZARIM

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 152/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 342, de 25 de janeiro de 2012 e do parecer do Chefe da DUDE, datado de 22.0.2012, referente à legalização de uma habitação cujo processo inicial deu entrada em 06/03/1985. Todavia, o processo não teve conclusão e, em 12/08/1997, deu entrada um novo processo que nunca teve conclusão nem desenvolvimentos desde 24/10/1997, quer por parte do requerente quer por parte do município, tendo, no entanto, a obra sido executada.

Em 17/07/2009 o processo foi reiniciado pelos serviços, tendo o requerente sido notificado, através do ofício n.º 41/10, de 04/01/2010, a solicitar o licenciamento das obras executadas, o que fez com a apresentação do atual processo.

Estando o projeto de arquitetura aprovado foi o requerente, igualmente, notificado a apresentar os projetos de especialidades. Vem, agora, o requerente solicitar a isenção de alguns dos projetos pelo facto de a obra já se encontrar executada há muito tempo, com o argumento de já não fazer qualquer sentido a sua apresentação.

No caso presente, até já foram apresentados os projetos de especialidades que eram exigíveis à data, ou seja, o projeto de estabilidade e o projeto das redes de águas e esgotos.

Pelo exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere se licencia, ou não, a obra com os elementos já existentes no processo.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, licenciar a obra com os elementos já existentes no processo.

27-ASSUNTO: PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E A SOCIEDADE “CONSTRUÇÕES RAMOS & MARAVILHA, LDA. (COD 42)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 153/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, informando que, em 07.11.1997, foi celebrado um acordo de permuta de bens entre a Câmara Municipal de Lamego, por um lado, e Adelino Gouveia Oliveira, Edite Cardoso de Carvalho e Frudouro Lda., por outro, acordo que foi aditado e alterado por documento lavrado e subscrito em 25.05.2006, tendo aí tido intervenção o Município de Lamego e os já acima referidos, Adelino, Edite e Frudouro Lda;

Presidente

Secretário

Nos termos deste acordo, pela cláusula terceira, “A Câmara Municipal compromete-se por si a fazer o desaterro necessário até ao máximo de vinte metros para além do perfil da estrada...”;

O desaterro a executar era condição necessária e imprescindível para a execução das obras de construção do edifício, destinado a habitação e comércio, a que se reporta o processo nº 27/2002, cujo alvará respetivo com o nº 142/08, foi emitido na sequência do despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 12/12/2007.

Em 25.05.2006, como se referiu, os outorgantes identificados celebraram um acordo no qual reafirmaram integralmente o acordo de permuta celebrado em 07.11.1997 e ainda que “Fica esclarecido que o desaterro referido no ponto 3 do acordo de permuta de bens acima referido é feito até 20 metros de profundidade contados para o lado sul da linha do passeio contíguo ao edifício a construir. O desaterro é feito por conta do primeiro outorgante a partir do nível da cota do passeio.”;

Este desaterro poderia e deveria ter sido feito pelo próprio Município, mas não estava, ainda iniciado na data do licenciamento;

A impossibilidade da execução das obras, por não ter sido efectuado o desaterro, no tempo e momento exigidos iria pôr em causa o acordado nos protocolos a que acima se aludiu, podendo tal ser uma causa da resolução do mesmo, devendo as partes ser restituídas à situação em que anteriormente se encontravam.

Considerando que o Município de Lamego estava já na posse e domínio dos terrenos cedidos para alargamento da via pública tendo procedido já à sua infraestruturação;

Considerando que a “Ramos & Maravilha Lda.”, sucedeu nos direitos e obrigações de Adelino Gouveia Oliveira e Edite Cardoso Carvalho e Frudouro Lda;

Considerando que, nos termos da cláusula 13ª do acordo, após a sua assinatura, o Município reiniciaria as obras na Rua do Desterro e que consistiam no seu alargamento e arranjo, bem como à execução do desaterro;

Considerando, ainda que, face à inércia do Município na execução do desaterro, em 16.06.2008 foi apresentada uma proposta para a remoção de terras no valor de €. 63.500,00, pelas “Construções Ramos & Maravilha Lda”, o que veio a ser aceite por despacho do Sr. Presidente em 26/08/2011;

Presidente

Secretário

Considerando que o valor dos trabalhos de execução do desaterro foi calculado pela Srª Chefe de Divisão de Obras Municipais, na importância de €. 65.023,28, conforme informação de 05/07/2011;

Considerando, por fim, que a sociedade Construções Ramos e Maravilha, Lda. adquiriu o prédio em causa, tendo solicitado o averbamento do processo de obras particulares, a seu favor, em 30.03.2009, pedido que foi deferido por despacho datado de 01.04.2009;

Assim, propõe a celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Lamego e a sociedade “Construções Ramos & Maravilha Lda. que deverá ser fundamentado nos considerandos anteriores e nos termos das cláusulas seguintes:

Entre:

---- **O Município de Lamego**, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva de direito público nº 506 572 218, representado neste contrato pelo Presidente da Câmara, Eng. Francisco Lopes, casado, natural de Ala, Macedo de Cavaleiros, com domicílio necessário nos Paços do Concelho de Lamego, nos termos do disposto nas alíneas a) do nº 1 e f) do nº 2 do artigo 68º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;-----

e

----**Construções Ramos & Maravilha, Lda.**, com sede em , matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Lamego, sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva, com o capital social de €, representada neste contrato por ;

Cláusula 1ª

O Município aceita pagar à sociedade “Construções Ramos & Maravilha Lda.” a quantia de €.63.500,00, acrescido de IVA, a de título de compensação pelo desaterro que levou a efeito, conforme acordado no protocolo designado de permuta de bens, em 07/11/97, obrigação que competia ao Município.

Cláusula 2ª

Tal pagamento será feito em 5 prestações bimestrais sucessivas, sendo a primeira de €.20.000,00, a pagar após o dia 20 de Maio de 2012 e as demais no montante de €. 10.875,00 cada.

Os efeitos desta deliberação estão condicionados ao seu cabimento e requisição.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovado por unanimidade, com a inclusão de uma cláusula que exclua qualquer responsabilidade da Câmara na execução dos muros de suporte.

28-ASSUNTO: RECLAMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTOS NA RUA DIREITA – FREGUESIA DA S´E
(COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 143/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 230, de 29/03/2012, informando que a gerência da firma Ribeiro & Ildefonso, foi, nos termos do n.º 1 do artigo 101.º do CPA, notificada para se pronunciar quanto a teor da informação n.º 149 datada de 17/02/2012, relativo à sua reclamação sobre um pedido de esclarecimento de proibição de estacionamento na Rua Direita – Freguesia da Sé.

Mais informa que o prazo legal estabelecido decorreu sem que a reclamante se tivesse pronunciado em sede de audiência prévia, nos termos daquele artigo.

Assim, propõe à Ex.mª. Câmara Municipal se digne deliberar o indeferimento do pedido formulado.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, indeferir o processo.

29-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO **(COD 51)**

REQUERENTE: ANTÓNIO GOMES RIBEIRO – BAR TREBARUNA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 154/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor António Gomes Ribeiro, gerente do bar TreBaRuna, seja autorizado o prolongamento de funcionamento de horário, das 04H00 da manhã, nos dias 07, 08, 14, 15, 21, 22, 28, e 29 de Abril, ficando o requerente obrigado ao pagamento prévio das respetivas taxas constantes da tabela em vigor, neste Município de Lamego.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do referido Regulamento Municipal.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

30-ASSUNTO: RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO, REFERENTE À OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA (COD 42)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 155/41/12 do senhor Presidente da Câmara, para que seja ratificado o seu despacho de aprovação da minuta do contrato da empreita de Requalificação do Largo da Feira, datado de 28.02.2012, nos termos do artigo 68º., n.º. 3, da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro

Deliberado: Ratificado por unanimidade.

31-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO CAIS DE BAGAÚSTE E ADAPTAÇÃO PARA DESPORTOS NÃO MOTORIZADOS/RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 42)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 157/41/12 do senhor Presidente da Câmara, para que nos termos do artº. 18º., alínea a) do Decreto-Lei n.º. 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o artº. 36º., do n.º. 1 do CCP, propõe à Ex.ma Câmara Municipal a ratificação do seu despacho de 12.12.2011 e aprove o projeto/aditamento acima referenciado, tal como proposto na informação n.º. 390/DOM de 12.12.2011, o qual obteve parecer favorável da CDOM.

De acordo com a proposta, não há alteração dos custos previstos inicialmente

Deliberado: Ratificado por unanimidade.

32-ASSUNTO: PROJETO DE REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICIPIO DE LAMEGO (COD 51)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 156/51/12 do senhor Presidente da Câmara, referindo que, tendo decorrido o prazo de discussão pública referente ao Projeto de Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, sem que tenham sido rececionadas quaisquer observações ou reclamações sobre o mesmo, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido regulamento, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º. 2 do artigo 53º., da Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Presidente

Secretário

Deliberado: A Câmara Municipal aprovou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, o Projeto de Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, que deverá ser apresentado à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto da alínea a) do n.º. 6 do art.º. 64.º., conjugado com a alínea a) do n.º. 2 do artigo 53.º. da Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro justifica a sua posição de abstenção nesta votação com os mesmos fundamentos que estão exarados na declaração de voto a que se refere o ponto 4 da ata da reunião extraordinária realizada no dia 31 de janeiro de 2012, que aqui se considera integralmente transcrita e dela fica a fazer parte integrante.

33-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

34-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e quinze minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

O Presidente,

O Secretário